sustentabilidade e risco
nas políticas urbanas

organizador

Henri Acselrad

CREA-RJ

Coleção: **Espaços do desenvolvimento**
Coordenação: **Giuseppe Cocco**

Título:
A duração das cidades:
sustentabilidade e risco
nas políticas urbanas
Henri Acselrad (org.)

FICHA TÉCNICA

Revisão de provas:
Paulo Telles Ferreira
Silva Debetto C. Reis

Projeto gráfico e diagramação:
Camilo Papi

Capa:
Barbara Szniecki

Gerência de produção:
Rodrigo Murtinho

Henri Acselrad (org.)

A duração das cidades:
sustentabilidade e risco nas políticas urbanas

Sentidos da Sustentabilidade urbana*

Henri Acselrad **

Diversas matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade desde que o Relatório Brundtland a lançou no debate público internacional em 1987. Dentre elas, podem-se destacar a matriz da eficiência, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao "espaço não-mercantil planetário"; da escala, que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os "recursos ambientais"; da eqüidade, que articula analiticamente princípios de justiça e ecologia; da auto-suficiência, que prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia apropriada a assegurar a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; da ética, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate sobre os valores de bem e de mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta.

A partir da UNCED (1992), a noção de sustentabilidade vem ocupando espaço crescente nos debates sobre desenvolvimento. De um lado, no interior do discurso desenvolvimentista – produzido por agências multilaterais, consultores técnicos e ideólogos do desenvolvimento –, verificou-se um investimento na correção de rumos, no esverdeamento dos projetos, na readequação dos processos

---

* O presente texto é a versão ampliada de artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, maio 1999.

** Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e pesquisador do CNPq.

decisórios. Com ajustes – acreditam esses atores – a proposta do desenvolvimento poderia ser resgatada, suas dimensões autofágicas superadas, sua durabilidade assegurada, sua vigência sustentada. Por outro lado, no campo das ONGs, em meio à crítica dos limites do conteúdo que governos e instituições oficiais vêm atribuindo ao desenvolvimento que pretendem sustentável, alguns vêem na sustentabilidade uma nova crença destinada a substituir a idéia de progresso, constituir "um novo princípio organizador de um desenvolvimento centrado no povo", e ser capaz de "tornar-se a visão mobilizadora da sociedade civil e o princípio guia da transformação das instituições da sociedade dominante" (PEOPLE C.D.F., 1992).

O que prevalece, porém, são expressões interrogativas recorrentes, nas quais a sustentabilidade é vista como "um princípio em evolução", "um conceito infinito", "que poucos sabem o que é", e "que requer muita pesquisa adicional". Manifestações de um positivismo frustrado: o desenvolvimento sustentável seria um dado objetivo que, no entanto, não se conseguiu ainda apreender. Mas como definir algo que não existe? E que, ao existir, será, sem dúvida, uma construção social? E que, enquanto tal, poderá também compreender diferentes conteúdos e práticas a reivindicar seu nome? Isto nos esclarece porque distintas representações e valores vêm sendo associados à noção de sustentabilidade: são discursos em disputa pela expressão que se pretende a mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e idéias.

A suposta imprecisão do conceito de sustentabilidade sugere que não há ainda hegemonia estabelecida entre os diferentes discursos. Os ecólogos parecem mal posicionados para a disputa em um terreno enraizado pelos valores do produtivismo fordista e do progresso material. A visão sociopolítica tem se restringido ao esforço de ONGs, mais especificamente na atribuição de precedência ao discurso da eqüidade, com ênfase ao âmbito das relações internacionais.

Melhor se apropriou da noção até aqui, sem dúvida, o discurso econômico, pretendendo inclusive a preexistência da mesma na teoria do capital e da renda de Hicks.

Mas, ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. Tal consideração nos remete a processos de legitimação/deslegitimação de práticas e atores sociais. Por um lado, se a sustentabilidade é vista como algo bom, desejável, consensual, a definição que prevalecer vai construir autoridade para que se discriminem, em seu nome, as boas práticas, das ruins. Abre-se, portanto, uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade. E para isso, faz-se necessário constituir uma audiência apropriada, um campo de interlocução eficiente onde se possa encontrar aprovação. Poder-se-á falar, assim, em nome dos (e para os) que querem a sobrevivência do planeta, das comunidades sustentáveis, da diversidade cultural etc. Resta que a luta em torno a tal representação exprime a disputa entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras de sustentabilidade.

Para se afirmar, porém, que algo – uma coisa ou uma prática social – é sustentável, será preciso recorrer a uma comparação de atributos entre dois momentos situados no tempo: entre passado e presente, entre presente e futuro. Como a comparação passado-presente, no horizonte do atual modelo de desenvolvimento, é expressiva do que se pretende insustentável, parte-se para a comparação presente-futuro. Dir-se-ão, então, sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável. E essa relação entre um presente conhecido e um futuro desconhecido e desejável, coloca a noção de sustentabilidade no campo do que alguns chamam de "causalidade teleológica" – "que tem, como causa suficiente de um comportamento, um acontecimento que contém em sua descrição a exigência de que um outro

acontecimento, chamado seu fim, aconteça" (COSTA, 1994). Ou seja, a causa é definida pelo fim; a ordem de seqüência dos acontecimentos está embutida na condição antecedente definida como causa. É sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras de sustentabilidade no futuro.

O recurso a essa "causalidade teleológica" é particularmente questionável quando ela implica em reconstruir o presente à luz de supostas exigências do futuro.[1] A experiência histórica registra exemplos no mínimo discutíveis dessa atualização política do futuro: "é preciso crescer para depois distribuir", "estabilizar a economia para depois crescer", "sacrificar o presente para conquistar o futuro" etc. Os riscos são tanto maiores quando se sabe que os que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posições dominantes no campo da produção das representações e idéias. Se o Estado e o empresariado – forças hegemônicas no projeto desenvolvimentista – incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, passam a ocupar também posição privilegiada para dar conteúdo à própria noção de sustentabilidade.

Mas isto não quer dizer que a questão esteja resolvida de uma vez por todas. Ao contrário, autoridade e legitimidade, atributos decisivos para todos os atores que disputam o poder de definir o que é sustentável, são também função da maneira que esses atores elaboram seus discursos alternativos sobre a questão, e da força relativa que acumulam no campo das idéias. No presente trabalho faremos um mapeamento das principais matrizes discursivas da sustentabilidade urbana, procurando identificar as inflexões que os atores sociais que recorrem a essa noção apontam para as práticas sociais de construção do espaço das cidades. Pois o futuro das cidades dependerá em grande parte dos conceitos constituintes do projeto de futuro dos agentes relevantes na produção do espaço urbano.

[1] Na causalidade teleológica, "o que não existe ainda pode agir sobre o que é" (SOUBEYRON, 1995:27).

Sustentabilidade e desenvolvimento

As práticas e instituições que se pretendem portadoras da sustentabilidade são ficções sociais. Não são, por isto, menos reais. Mas sua existência dependerá de que alguma proposição obtenha hegemonia entre as visões alternativas; que se produza uma crença na "sustentabilidade" contida nessas práticas e instituições. Em torno de que eixos vêm se tentando construir tais crenças? Que discursos elaboram e que articulações lógicas constroem? Analisamos, a seguir, alguns dentre os que se identificam como os principais dentre esses eixos discursivos.

Proposição central no discurso da sustentabilidade é a busca de eficiência na utilização dos recursos do planeta. Adotando-se o ponto de vista de uma razão prática utilitária, a lógica da eficiência insere o homem em processos culturais de adaptação entre meios e fins. Na busca de satisfação de interesses particulares, destaca-se como processo dominante a economia de meios para atingir os fins estabelecidos. A alocação eficiente dos recursos é aquela que respeitaria as preferências dos consumidores ponderadas pela capacidade individual de pagamento. Seu ambiente institucional é o mercado competitivo onde vigorariam preços relativos determinados pela oferta e pela demanda.

Nessa matriz podem abrigar-se desde "cornucopianos" – otimistas tecnológicos, que acreditam na capacidade de o sistema de preços induzir tecnologias limpas, ou na ação de uma "mão invisível intergeracional" que garantirá que a máxima satisfação dos interesses presentes transmitirá um mundo mais produtivo às gerações futuras – até os partidários do livre comércio como meio de produzir recursos para proteger o meio ambiente e os que acreditam que a correção das "falhas de mercado" e das "distorções" governamentais do sistema de preços pode assegurar a eficiência global. Estabelecidos os pressupostos da racionalidade econômica, o livre mercado seria o instrumento da alocação

eficiente dos recursos planetários. A internalização das externalidades por taxas "pigouvianas" – associadas ao nome do economista A.C. Pigou – ou a reforma dos sistemas fiscais corrigiriam as distorções responsáveis pela degradação ambiental: dissociação entre escassez e preço, entre benefício e remuneração, entre dano e custo.

A meta de eficiência alocativa via reforma fiscal (taxar mais o uso dos recursos e a produção de rejeitos) é por vezes associada a propósitos subordinados de eqüidade, sob o argumento de que a menor tributação sobre o trabalho e o capital acarretaria elevação nos níveis de emprego e de renda. A eficiência pode também articular-se a um discurso ético subordinado, que aponta o caráter autodestrutivo da irracionalidade econômica: a ineficiência microeconômica significaria perda de competitividade; projetada no planeta, ela comprometeria irresponsavelmente a sobrevivência da humanidade. Mas a motivação central da sustentabilidade na ótica da eficiência é mesmo o combate ao desperdício da base material do desenvolvimento, a instauração da racionalidade econômica na escala do planeta, a sustentação, enfim, do mercado como instância reguladora do bem-estar dos indivíduos na sociedade.

Neomalthusianos, economistas ecológicos, pessimistas tecnológicos e todos os que concebem uma "economia do mundo pleno" – subsistema aberto de um ecossistema fechado – associam a sustentabilidade ao estabelecimento de limites quantitativos ao crescimento econômico. Para esses, a eficiência sem suficiência, não basta. Ao se falar em limite se está implodindo a promessa liberal de abundância universal através de um crescimento constante da demanda e da sustentação de um mercado em permanente expansão. Agora, além da alocação ótima dos recursos, há que se pensar também uma escala ótima, grandeza na qual a pressão do esforço produtivo agregado sobre a base material do desenvolvimento seria compatível com a "capacidade de suporte" do planeta. Apenas a microeconomia

considera a escala ótima, correspondente ao ponto que assegura a equalização entre o custo marginal e o lucro marginal das empresas. Para evidenciar os limites da escala macroeconômica será preciso recorrer a racionalidades não econômicas. As escalas agregadas não são determinadas pelos preços, mas o seriam por uma decisão social refletindo os "limites ecológicos".

Em termos formais, a redução do consumo global de recursos pode ser alcançada pela redução do nível de consumo *per capita* de recursos ou pela redução da população total. Os instrumentos apresentados para tanto são o controle populacional ou a "autolimitação inteligente" dos níveis individuais de consumo: recurso a uma autoridade neohobbesiana para controlar quantidades produzidas e populações, de um lado, ou questionamento cultural das finalidades sociais, de outro. Mas enquanto as empresas supõem sujeitos de decisões relativas às escalas microeconômicas, não há sujeito global capaz de impor limites ao crescimento econômico agregado. As instituições de Bretton Woods atribuem-se funções no âmbito financeiro e monetário, não no plano das escalas globais de produção.

A consideração das escalas macroeconômicas pode também subsumir questões sociais e éticas. Ao se limitar o crescimento econômico global, emergem questões relativas à desigualdade internacional de níveis de vida e de renda, assim como à pressão inter-regional diferenciada sobre os recursos do planeta. Aponta-se assim a prioridade da redução dos níveis de crescimento econômico nos países ricos, frente ao direito ao desenvolvimento dos países mais pobres. A necessidade de arbitrar escolhas entre objetivos de escala, alocação eficiente e distribuição evoca critérios éticos sobre o padrão das relações sociais. Ao contrário do pensamento dominante na economia, não se pode reduzir escolhas éticas ao nível da vontade de pagar ponderada pela renda dos indivíduos (Daly, 1991). A produção da sustentabilidade é assim articulada de forma subordinada à explicitação de padrões éticos relativos a valores de bem e de mal.

A ênfase nas necessidades e a asserção de que os pobres são as principais vítimas da degradação ambiental justificam para alguns o estabelecimento da eqüidade como princípio da sustentabilidade. Mas a articulação lógica de um tal discurso decorre, com efeito, da afirmação da inseparabilidade analítica entre justiça e ecologia. A raiz da degradação do meio ambiente seria a mesma da desigualdade social. As questões de escala e de eficiência se colocariam para o discurso de "um só mundo". Mas, embora ecologicamente interligado, o mundo é socialmente fragmentado. E para os muitos mundos em que se divide o planeta pela desigualdade social entre classes e regiões, a questão da pressão agregada sobre os recursos ambientais é atravessada pelas temáticas da desigualdade distributiva, da dependência financeira, da desigualdade no controle dos mecanismos do comércio e dos fluxos de tecnologia. Tais mecanismos se originam na desigual correlação de forças econômicas e políticas que regulam o acesso de classes e países à base material do desenvolvimento. Dessa desigualdade nascem e, ao mesmo tempo, circularmente, a ela alimentam.

Mas para dar à eqüidade estatuto de autonomia e não de subordinação com relação à questão da escala do crescimento (o problema distributivo colocar-se-ia pela necessidade de se limitar o crescimento), são evidenciadas relações sociais conflituais, através das quais a lógica do mercado destrói simultaneamente as bases reprodutivas da natureza e dos grupos sociais que dela dependem. A sustentabilidade decorreria então da submissão do mercado às leis de rendimento da natureza, das quais depende, por sua vez, a economia da sobrevivência dos povos (SHIVA, 1991).

Mas, paralelamente, discursos dotados de pronunciado realismo político enunciam propósitos utilitários de obtenção de contrapartida negociada para justificar que, sem justiça global e co-participação na prosperidade, não se conseguirá envolver os países pobres na gestão comum do meio ambiente global (os *global commons*). A eqüidade é aqui recurso

meramente instrumental. Mas a preservação dos recursos naturais de que populações futuras poderão se beneficiar é também apresentada como procedimento portador de justiça intergeracional. Tal formulação não pode, por certo, se sustentar legitimamente se não for apresentada de forma subordinada à muito presente e palpável questão da injustiça intrageracional.

Em paralelo ao discurso da eqüidade emergem as propostas de preservação e construção das condições de auto-suficiência econômica de comunidades de produtores ameaçados pela difusão homogeneizadora das relações mercantis e monetárias. As comunidades seriam sustentáveis por desenvolverem relações tradicionais com o meio físico natural de que depende sua sobrevivência. E toda ação tendente a proteger as unidades domésticas – próprias de sociedades tradicionais situadas nas regiões de fronteira da expansão das relações capitalistas – das ameaças de desestabilização econômica ou cultural, seria portadora de sustentabilidade.

Outra vertente do discurso da auto-suficiência dirige-se contra os propósitos de livre-comércio. A crescente globalização da economia, através da elevação dos graus de abertura comercial, tenderia a estimular os mecanismos da competitividade espúria – baixos salários e sobreexploração do meio ambiente. A erosão das fronteiras nacionais levaria, por outro lado, ao enfraquecimento dos Estados nacionais – atores potenciais estratégicos na implementação de políticas ambientais domésticas e na execução dos acordos internacionais de proteção da ecologia global (DALY, 1994).

A sustentabilidade é também articulada por um discurso da ética, que elabora a conduta humana diante dos valores construídos de bem e de mal. Destacam-se aqui as intenções das ações que têm por objeto uma base material biofisicamente comum, interligando espaços, homens e tempos. Reconhece-se, igualmente, que tais ações e os juízos que sobre elas se

aplicam, dão-se em condições de acentuada desigualdade jurídica, econômica e política de acesso ao espaço ambiental pelos distintos agentes sociais. Abandonadas as preocupações econômicas com os meios, colocam-se então questões relativas aos fins socialmente desejáveis. E a possibilidade de fins alternativos limita a desejabilidade da produção material crescente como fim último.

A ética da contenção racional dos desejos conduz assim à introdução, na fonte das escolhas, de uma sabedoria fundada na prudência. Ressaltam-se, por outro lado, as interações da base material com as condições de existência da vida. "Não há riqueza que não seja vida" – associa Ruskin (Ruskin, *apud* Daly, 1989: 18). "O máximo de quantidade de vida requer uma mínima taxa de exaustão de recursos naturais", completa Georgescu-Roegan justificando as propostas de autocontenção (*Georgescu-Roegan*, *apud* Daly, 1989: 61-72). Mas as preocupações de ordem ética afloram, em particular, frente à amplitude das conseqüências potenciais associadas ao risco técnico em sistemas industriais avançados, ao uso da energia nuclear e à manipulação de materiais genéticos pelas novas biotecnologias. Ainda que freqüentemente subordinada aos discursos da eqüidade e da limitação responsável das escalas de crescimento, a proposta ética associa, assim, à sustentabilidade um discurso atualizado sobre deveres e obrigações morais relativos às condições de existência da vida.

Sustentabilidade e cidade

A associação da noção de sustentabilidade com o debate sobre desenvolvimento das cidades tem origem nas rearticulações políticas pelas quais um certo número de atores envolvidos na produção do espaço urbano procuram dar legitimidade às suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade das mesmas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento, em acordo com os princípios da Agenda 21, resultante da Conferência da

ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.[2] Ao mesmo tempo em que verificamos uma "ambientalização" do debate sobre políticas urbanas, observamos também um movimento de sentido oposto, com a entrada crescente das questões urbanas no debate ambiental, seja por iniciativa de atores sociais da cidade que incorporam a temática do meio ambiente, sob o argumento da substancial concentração populacional nas metrópoles, seja pela própria trajetória de urbanização crescente da carteira ambiental dos projetos do Banco Mundial.

Não podemos deixar de associar também o recurso à noção de sustentabilidade urbana a estratégias de implementação da metáfora cidade-empresa, que projetam na "cidade sustentável" alguns dos supostos atributos de atratividade de investimentos, no contexto da competição global. Conduzir as cidades para um futuro sustentável significa nesse caso "promover a produtividade no uso dos recursos ambientais e fortalecer as vantagens competitivas" (Durazo, 1997: 51). Com maior ou menor vinculação às perspectivas de planejamento "empresarial" das cidades, a noção de sustentabilidade oferecerá a oportunidade para a legitimação de uma ecocracia emergente, favorecida em particular pela criação de novas instâncias governativas e regulatórias voltadas para o tratamento da questão ambiental em geral e ambiental urbana, em particular.

No debate contemporâneo, encontraremos várias articulações lógicas entre a reprodução das estruturas urbanas e sua base especificamente material. Encontraremos, em particular, três representações basicamente distintas da cidade, às quais corresponderão também diferentes sentidos do que se pretende legitimamente capaz de fazer durar a integridade do urbano.

---

[2] Várias redes internacionais de municipalidades, notadamente européias, foram articuladas, a partir de 1992, com o fim de pôr em prática os preceitos globais do desenvolvimento sustentável sob a forma de orientações práticas e tangíveis (Emelianoff, 1995: 38).

A representação técnico-material das cidades

Uma primeira articulação associa a transição para a sustentabilidade urbana à reprodução adaptativa das estruturas urbanas com foco no ajustamento das bases técnicas das cidades, a partir de modelos de "racionalidade eco-energética"[3] ou de "metabolismo urbano". Em ambos os casos, a cidade será vista em sua continuidade material de estoques e fluxos.

Na perspectiva da eficiência especificamente material, a cidade sustentável será aquela que, para uma mesma oferta de serviços, minimiza o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais, satisfazendo o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos (Déléage, 1995: 35). Vigora aqui uma representação técnico-material da cidade como uma matriz composta por um vetor de consumo de espaço, energia e matérias-primas e um vetor de produção de rejeitos. A leitura da cidade como um sistema termodinâmico aberto identificará no urbano o *locus* privilegiado da produção crescente de entropia, emblema da irreprodutibilidade ilimitada do processo de crescimento econômico-material.[4] A insustentabilidade urbana é, nessa perspectiva, uma expressão social da

[3] Pillet e Odum assim enunciam as bases eco-energéticas de uma macroeconomia ambiental: "O meio ambiente pode ser visto, pouco a pouco, como um quase-setor da economia, ligado pelo 'princípio de conservação da matéria e da energia', e as externalidades ambientais serem definidas como conseqüências inerentes e permanentes da extração, do tratamento, do consumo e da descarga de matéria e energia. A lei de conservação da matéria e da energia exige que o conjunto dos rejeitos lançado pela economia no meio ambiente seja igual à soma de todos os recursos extraídos do mesmo através das atividades econômicas" (Pillet & Odum, 1987: 178-9).

[4] "A cidade torna-se o lugar onde se concentram os problemas ambientais e sociais da nação" (Beaucire, *apud* Passet & Theys, 1995: 187). "Não é impossível pensar-se que o encontro da ecologia com a cidade possa concorrer para a requalificação de um sentido do urbano, de forma e identidade originais, e subtrair a cidade da entropia que a ronda, conferindo-lhe um dinamismo mais positivo" (Lévy, *apud* Passet & Theys, 1995: 189).

irreversibilidade termodinâmica. A partir de uma leitura da cidade como lugar por excelência da perda de capacidade de transformação de energia em trabalho, caberia ao planejamento urbano minimizar a degradação energética e desacelerar a trajetória da irreversibilidade. Tal representação das cidades aponta para novos modelos técnicos do urbano, fundados na racionalidade econômica aplicada aos fluxos de matéria-energia. Para se reduzir o impacto entrópico das práticas urbanas, caberia assim adotar tecnologias poupadoras de espaço, matéria e energia e voltadas para a reciclagem de materiais. A idéia de eficiência eco-energética pretende conseqüentemente estender o campo de vigência da racionalidade econômica.

A ineficiência eco-energética pode ser traduzida também em termos de distribuição espacial inadequada à economia de meios, ou seja, como o resultado de uma imprópria distribuição locacional das populações e atividades no espaço urbano. A insustentabilidade decorreria assim das "crescentes assimetrias entre a localização espacial dos recursos e da população, das pressões excessivas sobre o meio físico circundante e sobre os sistemas ecológicos regionais" (Durazo, 1997: 51). A sustentabilidade decorreria, nesse caso, da redistribuição espacial da pressão técnica de populações e atividades sobre a base de recursos ambientais urbanos. A problemática malthusiana é aqui inscrita no quadro urbano, introduzindo a "hipótese do limite da capacidade urbana" e concentrando o foco nas estratégias de descentralização, a saber, na distribuição de funções das metrópoles para as regiões, das áreas metropolitanas internas para as áreas metropolitanas periféricas, do centro para os subcentros das cidades (Omishi, 1993: 39-51).[5]

[5] Tal abordagem será questionada por aqueles que entendem a cidade como "instrumento da liberação das atividades humanas com relação à dependência dos recursos locais". Para esses autores, associar a sustentabilidade ao respeito à "capacidade de suporte local" é constranger o debate a um quadro teórico muito limitado (Camagni, 1997: 9).

A concepção de sustentabilidade como trajetória progressiva rumo à eficiência eco-energética é normalmente acompanhada da constituição de uma base social de apoio a projetos de mudança técnica urbana, pela via da "educação ambiental", da disseminação de uma "consciência ecológica", de projetos comunitários de reciclagem ou pelo engendramento de uma "economia da reciclagem". A recusa do antagonismo entre o meio ambiente e a economia fará também da busca da sustentabilidade urbana a ocasião de fazer valer a potência simbólica do mercado como instância de regulação das cidades. Pois se o futuro é, no pensamento hegemônico, o da plena vigência das instituições mercantis, dirigir as cidades para um futuro sustentável significa promover a produtividade urbana e fortalecer as vantagens competitivas.

Estratégias argumentativas de ordem global serão, com freqüência, acionadas para promover inovações na matriz técnica das cidades,[6] seja com a introdução de tecnologias urbanas poupadoras de recursos, seja com a redistribuição espacial de populações e atividades: o que é bom para o planeta é considerado bom para a cidade. A convergência entre sustentabilidade urbana local e sustentabilidade global é vista geralmente como um simplificador político, posto que no plano local os responsáveis pela poluição e as autoridade políticas são claramente identificáveis.

Um contradiscurso opõe, no entanto, sustentabilidade global e sustentabilidade local urbana – o que é bom para o planeta não seria o melhor para a cidade. Por um lado, as

[6] "A argumentação ecológica contribui para ligar a ação mais imediata ao futuro de mais longo prazo de todo o planeta. As mudanças de escala operadas através do esquema das conseqüências generalizadas não são apenas espaciais mas também temporais: toda ação engaja o futuro, tanto o nosso como o das gerações futuras. A argumentação ecológica permite assim um movimento constante de ida e vinda entre o passado, o presente e o futuro" (LAFAYE & THÉVENOT, 1993: 504). Na mesma direção Emelianoff afirma que "as cidades sustentáveis constroem pontes e passagens que levam do local ao globo e nos convidam a compreender essa nova arquitetônica..." (EMELIANOFF, 1995: 39).

economias de escala de transporte, iluminação e calefação nas cidades concentradas reduzem o consumo *per capita* de energia, favorecendo as estratégias de sustentabilidade global. Por outro lado, a capacidade de regeneração dos ecossistemas sendo constante por unidade de extensão territorial, as cidades concentradas sofrem efeitos indesejáveis da elevação da densidade territorial da produção de rejeitos, comprometendo a sustentabilidade em nível local. Nesse caso, a busca de ecoeficiência seria motivada por razões atinentes ao próprio urbano e não por razões de ordem planetária. Em ambos esses casos, no entanto, com convergência ou divergência entre sustentabilidade urbana e global, a ecoeficiência será legitimada como eixo das estratégias de ação e o mercado será considerado seu melhor instrumento.

A idéia de insustentabilidade energética das cidades não é restringida às grandes metrópoles com alta concentração demográfica, mas também estende-se à cidade "fragmentada" e "desdensificada" da "sociedade imaterial": "a desdensificação dos homens e a fragmentação policêntrica das atividades", afirma Beaucire, "são dispendiosas em recursos materiais e produtoras de poluição e efeitos nocivos" (BEAUCIRE, *apud* PASSET & THEYS, 1995: 192). Em acréscimo, "a cidade fragmentada e desdensificada é vista como geradora de consumo energético e de custos de reordenamento de redes técnicas (água, eletricidade, telefonia) e de serviços públicos muito elevados" (*ibid.*: 192).

Mas o ajustamento das bases técnico-materiais da cidade pode fundar-se alternativamente em modelos de metabolismo urbano, com uma representação ecossistêmica das cidades, composta por movimentos interativos de circulação, troca e transformação de recursos em trânsito. O discurso sobre a sustentabilidade das cidades organiza-se, nesse caso, pelo recurso à metáfora biológica da "resiliência", que procura descrever a capacidade adaptativa de os "ecossistemas urbanos" superarem a sua condição de vulnerabilidade frente a choques externos (GODARD, 1996: 33). Nesse tipo de representação, a insustentabilidade expressaria a

incapacidade de reprodução adaptativa das estruturas urbanas diante de rupturas nas condições materiais requeridas para tal reprodução.

A idéia de metabolismo urbano aponta para um modelo de equilíbrio, a ser obtido pelo ajustamento apropriado dos fluxos e estoques de matéria e energia. As estratégias de inscrição do desenvolvimento urbano nos quadros científicos de um saber objetivo sobre fluxos e supostos equilíbrios tende a materializar-se em um conjunto de normas técnicas. Consideradas, porém, as incertezas prevalecentes no saber sobre processos interativos de tal forma complexos em sua espaço-temporalidade, sob cada conjunto de normas de "equilíbrio" estarão implícitos elementos de valores, preferências e "convenções" que, legitimados pela ciência, estarão lançando as bases políticas da coordenação de antecipações e estabilização de cenários de ação (*ibid.*: 32).

Processos de "reestruturação eco-urbana" poder-se-ão inscrever assim nos mecanismos de "cientificização da política", pelos quais os *experts* da ecologia científica estendem seu campo de ação à gestão dos ecossistemas e à produção dos "fundamentos racionais da organização do território". A cientificização do debate sobre o "equilíbrio ecológico" suposto tem por resultado a constituição da necessidade política de uma gestão erudita do território, refletindo o fato de que novos modos institucionalizados de produção do saber são induzidos pela intensificação da relação entre as burocracias públicas e os representantes do saber ecológico (FABIANI, 1985: 87-8).

Certos autores recusar-se-ão, porém, a pensar a sustentabilidade urbana como processo espacialmente circunscrito, que pressupõe a irrelevância dos fluxos materiais que ligam as cidades aos espaços não-urbanos. Considerando-se a cidade como consumidora de recursos naturais e de espaço para a deposição de rejeitos, bem como a complexidade dos laços urbano-rurais, afirmar-se-á que "o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento rural sustentável não podem ser separados" (MITTLIN & SATTERTHWAITE, 1996: 41). Alguns

chegarão a negar mesmo a possibilidade de conceber "cidades sustentáveis", considerando irrealista a pretensão de se restringir o raio de abrangência dos fluxos de matéria e energia requeridos pelo desenvolvimento urbano ao espaço circunscrito das cidades (PUGH, 1996: 35).

A cidade como espaço da "qualidade de vida"

Uma nova matriz técnica das cidades é também pensada por razões de "qualidade de vida" – componentes não mercantis da existência quotidiana e cidadã da população urbana, notadamente no que se refere às implicações sanitárias das práticas urbanas. Modelos de ascetismo e de pureza[7] são evocados para questionar as bases técnicas do urbano – o urbano crescentemente impregnaria os habitantes das cidades com substâncias nocivas e tóxicas por sua artificialidade. As implicações sanitárias podem, alternativamente, ser associadas a representações coletivas da cidadania, onde as emissões líquidas e gasosas resultantes das tecnologias urbanas são entendidas como imposição de consumo forçado de produtos invendáveis das atividades de produção mercantil ou do modo de consumo das mercadorias, notadamente dos veículos automotores.

Tal representação da cidadania urbana tende a espraiar-se para o conjunto das políticas urbanas, justificando estruturas que favorecem o desenvolvimento do diálogo e da negociação, bem como a realização de pactos de atribuição de sentido à duração das cidades, não só em sua materialidade, mas enquanto institucionalidade sociopolítica (EMELIANOFF, 1995: 48-9).

[7] "Nós vimos que o poder, nesses tempos modernos, provoca mais conflitos do que os que controla, e sozinho não pode salvar o meio ambiente. É preciso que um movimento ascético espontâneo se oponha ao desenvolvimento econômico. Devemos encontrar uma espécie de estrutura constitucional que, sistematicamente, contraponha-se ao desenvolvimento industrial, reportando cada decisão à pureza do meio ambiente, comportamento que obtém sua legitimidade de um engajamento resolutamente ascético do povo" (DOUGLAS, 1993: 117-8).

Uma noção de sustentabilidade associada à categoria patrimônio refere-se não só à materialidade das cidades, mas a seu caráter e suas identidades, a valores e heranças construídos ao longo do tempo. A perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais significados, eventualmente "naturalizados", pode inscrever-se tanto em estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes a suas cidades, como de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio biofísico, estético ou cultural em sentido amplo, de modo a atrair capitais na competição global (*ibid.*: 46-7), realizando aquilo que alguns descrevem como um processo de promoção da "economia da beleza em nome da beleza da economia" (RODRIGUES DA COSTA, 1997: 15).

A noção de sustentabilidade urbana pode também articular as estratégias argumentativas da eficiência eco-energética e da qualidade de vida na consideração da forma urbana como "fator determinante da sustentabilidade" (BREHENY & ROOKWOOD, 1996: 151). A noção de "cidade compacta" reuniria, na perspectiva de documentos da Comissão das Comunidades Européias, por exemplo, os atributos de "alta densidade e uso misto, tendendo a apresentar superior eficiência energética por reduzir as distâncias dos trajetos, maximizar a oferta de transporte público e prover qualidade de vida superior aos residentes" (*ibid.*: 155). A metáfora da cidade compacta teria como configuração formal tendencialmente mais aceita a do modelo policêntrico em rede, com diversificação de funções dos subcentros bem servidos em transportes públicos (GIBELLI, *apud* CAMAGNI & GIBELLI, 1997: 33). Sua capacidade de conjugar a eficiência no uso dos recursos ambientais e a qualidade de vida urbana não é porém consensual. Alguns argüirão, ao contrário, que eficiência energética e qualidade de vida são atributos das cidades pouco densas e descentralizadas, por essas recorrerem a fontes locais de energia e de produção de alimentos em solos rurais disponíveis (ROBERTSON, 1996: 155).

Em ambos os casos, recorrer-se-á ao argumento de que a forma sustentável deverá mesclar, ainda que em escalas distintas, zonas de trabalho, moradia e lazer, reduzindo distâncias e "pedestrizando" as cidades, de modo a frear a mobilidade da energia, das pessoas e bens. Eficiência eco-energética e qualidade de vida resultariam, nessa perspectiva, da emergência de formas urbanas capazes de expressar a existência desejavelmente crescente de cidades auto-suficientes. O argumento da forma urbana articula-se, assim, com a idéia da auto-suficiência urbana. No caso da sustentabilidade do desenvolvimento em geral, o argumento da auto-suficiência remete a uma crítica do livre mercado e da globalização; no caso da auto-suficiência urbana, trata-se de, em nome do combate ao efeito estufa e aos processos entrópicos, orientar-se para maior autonomia energética e econômica das localidades.[8] Uma recusa da globalização das cidades justificar-se-á assim do ponto de vista das externalidades negativas e deseconomias energéticas implícitas na intensificação dos fluxos, própria das "cidades globais".

A cidade como espaço de legitimação das políticas urbanas

A materialidade das cidades sendo politicamente construída, as modalidades de sua reprodução são vistas também como dependentes das condições que legitimam seus pressupostos políticos. A idéia de sustentabilidade é assim aplicada às condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas. Fala-se da viabilidade política do crescimento urbano, ou seja, das condições de construção política da base material das cidades. A insustentabilidade exprime, assim, a incapacidade de as políticas

[8] Os autores que rejeitam a noção de "cidades sustentatáveis" preferindo articular as cidades no projeto mais amplo de atribuição de sustentabilidade ao desenvolvimento, consideram, por sua vez, "irrealista esperar que as grandes cidades sejam abastecidas com recursos produzidos em seu entorno imediato" (PUGH, 1996: 35).

urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e à qualidade das demandas sociais, provocando um "desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios de as satisfazer, entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infra-estrutura" (GODARD, 1996: 31).

Acredita-se que quando o crescimento urbano não é acompanhado por investimentos em infra-estrutura, a oferta de serviços urbanos não acompanha o crescimento da demanda. A falta de investimentos na manutenção dos equipamentos urbanos virá, por sua vez, acentuar o déficit na oferta de serviços, o que se rebaterá espacialmente sob a forma de segmentação socioterritorial entre populações atendidas e não atendidas por tais serviços.[9] Esse processo exprime-se sob a forma de uma "queda da produtividade política dos investimentos urbanos", incrementando os graus de conflito e incerteza no processo de reprodução das estruturas urbanas. A base técnico-material da cidade é vista como socialmente construída, no interior dos limites de elasticidade das técnicas e das vontades políticas.

A insustentabilidade estaria, portanto, designando um processo de instabilização das bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas, aos quais pode-se reprovar, por um lado, a incapacidade de imprimir eficiência na administração dos recursos públicos ou, por outro lado, a indisposição a democratizar o acesso aos serviços urbanos.

A erosão da legitimidade das políticas urbanas pode fundar-se, assim, na insuficiente adesão à racionalidade econômica, causa suposta do desperdício da base de recursos ou, alternativamente, na ausência de priorização de mecanismos distributivos do acesso a tais serviço. O impacto material das

[9] A articulação da sustentabilidade urbana a princípios de eqüidade pode situar-se em esferas locais ou expandir-se para o plano internacional. "Em suma, o desenvolvimento urbano sustentável liga-se à questão da igualdade econômica e à da desigual divisão internacional do trabalho" (ANGOTTI, 1996: 21).

políticas será, conseqüentemente, contestado seja pelo ângulo do desperdício de meios, seja pelo ângulo da concentração socioterritorial dos benefícios.

Mas a desigualdade social no acesso aos serviços urbanos é evocada para questionar a legitimidade das políticas urbanas igualmente nas chamadas "cidades imateriais", que estariam aparentemente ao abrigo de pressões indesejáveis sobre os fluxos de matéria e energia. Os espaços desindustrializados e deslocalizados pelo capital, afirma Beaucire, também terminariam por ser esvaziados em sua "urbanidade", fazendo com que "a desqualificação social e a desqualificação ambiental progridam juntas, fazendo renascer o que se acreditava definitivamente superado, a insalubridade física e uma forma de gueto econômico e cultural no seio das cidades que são, entretanto, penetradas por redes técnicas com desempenho crescente" (BEAUCIRE, 1995: 196) Acredita-se assim que "a alocação social e espacial dos custos engendrados pelas crises do desenvolvimento insustentável da cidade desdensificada será de realização delicada, a questão do desenvolvimento sustentável urbano correndo o risco de ser antes de tudo uma questão social" (*ibid.*: 200).

A crise de legitimidade das políticas urbanas poderá ser atribuída também à incapacidade de se fazer frente aos riscos tecnológicos e naturais. Na perspectiva da eqüidade, o risco culturalmente construído apontará a desigualdade intertemporal no acesso aos serviços urbanos, com a prevalência de riscos técnicos para as populações menos atendidas pelos benefícios dos investimentos públicos ou afetada pela imperícia técnica na desconsideração de especificidades do meio físico das cidades tais como declividades, acidentes topográficos, sistemas naturais de drenagem, movimentações indevidas de terra, renovação de solo superficial, formação de voçorocas, erosão e assoreamento (SILVA, s.d.: 72-91).

Conclusão

Se para Isabelle Stengers o conceito traduz o poder de o intelecto atingir o ser das coisas (STENGERS, 1998: 24-75), ele tem também o poder de objetivar representações, fazendo valer como legítimos, no real concreto, os esquemas ordenadores e classificatórios da construção intelectual. A enunciação conceitual é, portanto, também produtora de ordenamento, divisão e classificação no interior do mundo social.

"As percepções do social", lembra-nos Chartier, "não são discursos neutros". Produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a legitimar projetos reformadores ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990: 17). Conseqüentemente, "os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, são verdadeiras instituições sociais que incorporam sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social" (*ibid.*: 18).

Associar a noção de "sustentabilidade" à idéia de que existe uma forma social durável de apropriação e de uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas, por exemplo, significa ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento.

Colocar o debate sobre sustentabilidade fora dos marcos do determinismo ecológico implica, portanto, em afastar representações indiferenciadoras do espaço e do meio ambiente. Requer que se questione a idéia de que o espaço e os recursos ambientais possam ter um único modo sustentável de uso, inscrito na própria natureza do território. A perspectiva não determinística, portanto, pressupõe que se diferencie socialmente a temporalidade dos elementos da base material do desenvolvimento. Ou seja, que se reconheça que há várias

maneiras de as coisas durarem, sejam elas ecossistemas, recursos naturais ou cidades.[10]

Matrizes discursivas da sustentabilidade urbana

1) Representação técnico-material da cidade

1.1. Modelo da racionalidade eco-energética
1.2. Modelo do equilíbrio metabólico

2) A cidade como espaço da "qualidade de vida"

2.1. Modelo da pureza
2.2. Modelo da cidadania
2.3. Modelo do patrimônio

3) A reconstituição da legitimidade das políticas urbanas

3.1. Modelo da eficiência
3.2. Modelo da eqüidade

A noção de "cidade sustentável" instaura uma nova cena de enunciação, onde uma trama de múltiplos personagens e falas entrecruzadas reelabora as representações da cidade. Desencadeia-se um jogo lendário de singularização das cidades, de ligação entre seu passado, presente e futuro através de uma ordem linear, de sua transformação em um quase-personagem dotado de um corpo/território e uma alma/cultura citadina. Três procedimentos simbólicos são acionados: o de refiguração do espaço através de uma imagem que articula os campos semânticos distintos da natureza e da cidade; o da reproblematização da ação através da aplicação de uma racionalidade científica ecológica ao urbano; o da reinstituição do tempo por novas formas de duração – patrimoniais – das coisas.

[10] "O que chamamos de duração é o envelope de todas as temporalidades possíveis. Convém que o desenvolvimento seja durável para que o homem ele mesmo possa durar na diversidade de suas culturas. A cidade, enquanto lugar da cidadania é hoje o lugar da enunciação da responsabiliade de cada um com respeito a todos" (MICOUD, 1996: 42).

As diferentes representações sobre o que seja a sustentabilidade urbana têm apontado para a reprodução adaptativa das estruturas urbanas com foco alternativamente colocado no reajustamento da base técnica das cidades, nos princípios que fundam a existência cidadã das populações urbanas ou na redefinição das bases de legitimidade das políticas urbanas (ver Quadro 1). A representação que privilegia a leitura da cidade como matriz técnico-material propõe a recomposição das cidades a partir de modelos de eficiência eco-energética ou de equilíbrio metabólico aplicados à materialidade do urbano. A redução da durabilidade da cidade à sua dimensão estritamente material tende a descaracterizar a dimensão política do espaço urbano, desconsiderando a complexidade da trama social responsável tanto pela reprodução como pela inovação na temporalidade histórica das cidades.

As propostas de reprodução adaptativa das estruturas urbanas que têm como referência a noção de qualidade de vida estruturam-se segundo o modelo da pureza, da cidadania ou do patrimônio. A cidade é vista como espaço das externalidades negativas cujo equacionamento se dará na temporalidade do processo de construção de direitos, sejam direitos ao que serão consideradas condições saudáveis de existência, sejam direitos ao usufruto durável da existência simbólica de sítios urbanos. A palavra cidadania retorna a seu espaço de origem – a cidade –, sobrepondo-se ao sentido até aqui dominante, referido ao Estado-Nação.

As propostas de reprodução adaptativa das estruturas urbanas tendo por foco o reajustamento das bases de legitimidade das políticas urbanas procuram, por sua vez, refundar o projeto urbano segundo o modelo da eficiência ou da eqüidade. Em ambos os casos, estará em jogo a cidade como espaço de construção durável de pactos políticos capazes de reproduzir no tempo as condições de sua legitimidade. Ao promover uma articulação "ambiental" do urbano, o discurso da sustentabilidade das cidades atualiza o embate entre tecnificação e politização do

espaço, incorporando, dessa feita, ante a consideração da temporalidade das práticas urbanas, o confronto entre representações tecnicistas e politizadoras do tempo, no interior do qual podem, ao mesmo tempo, conviver projetos voltados à simples reprodução das estruturas existentes como estratégias que cultivem na cidade o espaço por excelência da invenção de direitos e inovações sociais.

Sem embargo, a análise do discurso das cidades que se apresentam como candidatas a protagonizar a sustentabilidade urbana sugere que as mesmas pretendem inserir-se em uma continuidade temporal e espacial através dos procedimentos de descentralização (pela legitimação do não-humano, das gerações futuras, dos parceiros inertes ou virtuais), de restauração (pela reciclagem de recursos naturais, bairros, rios, ofícios, saberes, imagens e instituições) e de interação dos fenômenos urbanos (o ar da cidade com o ar do planeta, a ocupação do solo com o abastecimento d'água, atividades presentes e valores herdados, agências de urbanismo com instâncias de concertação). A inclusão das periferias via descentralização, da memória via restauração e dos atores sociais via interação constituem, assim, procedimentos discursivos de expansão simbólica da base de legitimação das políticas urbanas. A busca de um consenso urbano de tal forma ampliado espacial e temporalmente, legitimado nos propósitos do equilíbrio biosférico e da justiça intergeracional, se justifica, por certo, pela necessidade de prevenção dos riscos de ruptura sociopolítica em cidades crescentemente fragmentadas pelos processos de globalização e acumulação flexível.

Bibliografia

ACSELRAD, H. Sustainability and Territory: meaningful practices and material transformations. In: BECKER, E. & JAHN, T. (eds.). *Sustainability and the Social Sciences – a cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation.* Londres/Nova York: ZED Books, 1999, p. 37-57.

______. Sustentabilidade e território. In: HERCULANO, S.; PORTO, M. F. S. & FREITAS, C. M. (orgs.). *Qualidade de vida & riscos ambientais.* Niterói: Eduff, 2000, p. 49-87.

ALVA, E. N. *et alii, Metrópoles (in)sustentáveis.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

ANGOTTI, Thomas. Latin American Urbanization and Planning – Inequality and Unsustainability in North and South. *Latin American Perspectives, issue* 91, vol. 23, fall 1996.

BARNIER, V. & TUCOULET, C. (eds.). Ville et Environnement – de l'écologie urbaine à la ville durable. *Problèmes Économiques et Sociaux.* n. 829, Paris: La Documentation Française, oct. 1999, 86 p.

BERGIER, G.; VILLEGAS, R. S.; SINGLETON, M. & THILL, G. (eds.). *Urbanization et Developpement – Pour une Planète Viable et Vivable.* Namur: Presses Universitaires de Namur, 1997, 239 p.

BLOWERS, A. (ed.). *Planning for a Sustainable Environment.* Londres: Earthscan, 1996, 239 p..

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

BREHENY, M. & ROOKWOOD, R. Planning the Sustainable City Region. In: BLOWERS, A. (ed.). *Planning for a Sustainable Environment.* Londres: Earthscan, 1996.

CAMAGNI, R. & GIBELLI, M. C. *Developpment Urbain Durable – Quatre Métropoles Européennes.* Paris: DATAR-L'Aube, 1997.

CARRIZOSA, J. The Evolution of the Debate on Sustainable Development, Workshop Internacional, *Definindo uma agenda de pesquisas sobre desenvolvimento sustentável.* Rio de Janeiro (mimeo.), FGV, 28-29, nov. 1994.

CHARTIER, R. *A história cultural – Entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Difel, 1990.

DALY, H. (ed.). *Economia, Ecologia, Ética – Ensayos hacia una Economia en Estado Estacionario.* México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

______. From Empty-world Economics to Full World Economics: Recognizing an Historical Turning Point in Economic Development. In: GOODLAND, R.; DALY, H. & EL SERAFY, S. (eds.). *Environmentally Sustainable Economic Development: Building on Brundtland.* Washington: The World Bank, 1991.

______. Adiós al Banco Mundial. *Ecologia Política.* n. 7, Barcelona, maio 1994.

DÉLÉAGE, J. P. L'Avenir des Villes. *Ecologie Politique.* n. 13, Paris, Printemps, 1995, p. 31-36.

DOUGLAS, M. A quelles conditions un ascétisme environnementaliste peut-il réussir? In: BOURG, D. (ed.). *La Nature en Politique ou l'enjeu philosophique de l'ecologie.* L'Harmattan, 1993, p. 117-118.

DURAZO, E. P. Desarrollo Sustentable de las Ciudades. *Ciudades.* n. 34, México, abr./jun. 1997, p. 51.

EL SERAFY, S. The Environment as Capital. In: CONSTANZA, R. (ed.) *Ecological economics – The Science and Management of Sustainability.* Columbia University Press, 1991.

EMELIANOFF, C. Les Villes Durables, l'émergence de nouvelles temporalités dans de vieux espaces urbains. *Ecologie Politique.* n. 13, Paris, Printemps 1995, p. 37-58.

FABIANI, J. L. Sciences des Ecosystèmes et Protection de la Nature. In: CADORET, A. (ed.). *Protection de la Nature. Histoire et Idéologie.* Paris: Ed. L'Harmattan, 1985, p. 75-93.

GODARD, O. Environnement, Modes de Coordination et Sistèmes de Legitimité: Analyse de la Categorie de Patrimoine Naturel. *Révue Economique.* n. 2, Paris, mar. 1990, p. 215-242.

______. Le Développement Durable et le Dévenir des Villes, Bonnes Intentions et Fausses Bonnes Idées. *Futuribles.* Paris, maio 1996, p. 29-35.

HARVEY, D. *Justice, Nature & the Geography of Difference.* Cambridge: Blackwell Publ., 1996, 468 p.

LAFAYE, C. & THÉVENOT, L. Une Justification Écologique? – Conflits dans l'Aménagement de la Nature. *Revue Française de Sociologie.* XXXIV, 1993.

MICOUD, A. L'Écologie Urbaine – Nouvelles Scènes d'Énonciation. *Écologie et Politique.* n. 7, Paris, été 1996, p. 31-44.

MITLIN, D. & SATTERTHWAITE, D. Sustainable Development and Cities. In: PUGH, C. (ed.), *Sustainability, the Environment and Urbanization.* Londres: Earthscan.

OMISHI, T. A Capacity Approach for Sustainable Urban Development: an Empirical Study. *Regional Studies.* vol. 28.1, 1993, p. 39-51.

PASSET, R. & THEYS, J. (eds.). *Héritiers du Futur – Aménagement du Territoire, Environnement et Développement Durable.* Paris: Ed. de L'Aube, 1995, 270 p.

PEOPLE CENTERED DEVELOPMENT FORUM. *Sustainability as the Organizing Principle of People-centered Development.* Nova York (mimeo.), 1992

PILLET G. & ODUM, H. T. *Énergie, Écologie, Économie.* Genebra: Georg Ed., 1987, p. 178-179.

PUGH, C. (ed.). *Sustainability, the Environment and Urbanization.* Londres: Earthscan, 1996, 250 p.

_____. Introduction. In: PUGH, C. (ed.), *Sustainability, the Environment and Urbanization.* Londres: Earthscan.

ROBERTSON, J. Alternatives Futures for Cities. In: CADMAN, D. & PAYNE, G. (eds.). *The Living City: Towards a Sustainable Future.* Londres: Routledge, *apud* BLOWERS, A. (ed.). *Planning for a Sustainable Environment.* Londres: Earthscan, 1996.

RODRIGUES DA COSTA, A. C. *Da economia da beleza à beleza da economia.* IPPUR (mimeo.), 1997.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática.* Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979.

SHIVA, V. Que Quiere Decir Sustentable. *Revista del Sur.* n. 3, Montevideo, mar./abr. 1991.

SILVA, L. O. A ocupação do espaço construído e qualidade ambiental: o caso da cidade de SP. *Ambiente Urbano e Qualidade de Vida.* São Paulo: Polis, p. 72-91.

SOUBEYRON, O. La mer du Sahara. *L'Aventure Humaine.* n. 1, Paris, jan. 1995.

STENGERS, I. Le Pouvoir des Concepts. In: STENGERS, I. & SCHLANGER, J. (ed.). *Les Concepts Scientifiques, Invention et Pouvoir.* Paris: La Découverte, 1988, p. 24-57.

WORSTER, D. The Illusionary Promise of Sustainable Development. University of Kansas (mimeo.), s.d.